

1. Introdução

A problemática de gênero constitui-se como um dos aspectos mais destacados da sociedade contemporânea, sendo abordado por dois discursos díspares, a saber, o discurso iluminista, igualitário, que endossa a tese do sujeito abstrato portador de direitos e deveres, que nivela homens e mulheres e o discurso pós-moderno que, desde a derrocada das metanarrativas realizada ao longo do século XX, considera a construção das identidades individuais e coletivas de modo processual e plural.

O gênero é, então, redimensionado, ultrapassando as oposições binárias entre os sexos no sentido de englobar uma diversidade de identidades sexuais, o que era inconcebível para a sociedade tradicional, que prescrevia papéis sexuais determinados, com base na biologia. Atualmente, difundiu-se mais a convicção de que as identidades sexuais são múltiplas, construídas umas em relação às outras, e a partir de atos performativos, que incluem falas e interações sociais em contextos específicos. Desse modo, dispostos em regime de oposição, superposição e complementaridade, considera-se que as estruturas socioculturais de gênero se transformam ou permanecem relacionadas a fatores religiosos, econômicos, políticos e educacionais.

Nesse contexto, torna-se pertinente abordar a categoria de gênero em relação às instituições militares brasileiras, que sempre foram espaços exclusivamente masculinos, onde as políticas de ação afirmativa impuseram a presença feminina apenas em alguns segmentos de caráter técnico nas últimas décadas, e que, recentemente, estão sendo pressionadas, a partir da Lei nº12705, de 08 de agosto de 2012, a inserirem mulheres na linha bélica, como combatentes, em condições e níveis de acesso a serem determinados pelas Forças Armadas.

A inserção das mulheres na linha bélica faz parte, na verdade, de uma tendência histórica de integração das Forças Armadas à sociedade brasileira, introduzida já na Abertura, em 1985, sob a égide do Estado democrático de direito, que exige a extensão dos direitos civis às minorias, como as mulheres, a quem era negado o acesso a determinados segmentos da profissão militar.

De fato, a partir da década de 1990, após a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, o Exército tem sido pressionado a adequar-se à sociedade brasileira, na qual os valores democráticos assumem o centro do processo organizacional e decisório do País, sendo confrontado, por exemplo, com situações de negociação política com atores institucionais diversos, como elementos da classe política, a imprensa, representantes do governo e universidades.

O papel das Forças Armadas também é redimensionado, passando da proteção dos poderes constituídos para a garantia dos poderes constitucionais.

Nessa perspectiva, este trabalho pretende investigar um aspecto ainda não devidamente explorado pelos pesquisadores do campo militar: a contribuição da mulher militar no processo de diluição das fronteiras entre a corporação militar e a sociedade civil brasileira.

Este trabalho partiu de um conjunto de problemas relacionados à constituição de um regime de gênero nas instituições militares:

- A presença feminina nos quartéis interferiu no processo de democratização interna do Exército, favorecendo uma maior transparência das atividades das instituições militares?
- Introduziu alguma alteração nos padrões de hierarquia e disciplina?
- Como os discursos de gênero dos militares são impactados a partir da incorporação feminina aos quartéis?

Nessa perspectiva, considera-se que a avaliação dos resultados das políticas de ação afirmativa no âmbito das instituições militares se faz necessária para identificar pontos de estrangulamento, possibilidades de desvios e formas específicas de apropriação dessas políticas que incluem, mas ultrapassam, as meras injunções das demandas de cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas.

Para tal, foram abordados diversos temas relacionados a gênero e às instituições militares.

No capítulo 2, são descritas as diversas configurações do Estado brasileiro, sob a égide do patrimonialismo e patriarcalismo, além de suas implicações na organização da Força Terrestre que, ora funcionava como um grupo armado, por meio das milícias e ordenanças, a serviço de potentados locais que dominavam as municipalidades, ora se constituía como monopólio da força a serviço de um poder central, sendo que, após a Guerra do Paraguai, predominou esta última forma de organização, como condição *sine qua non* de afirmação do Estado Nacional brasileiro.

Considerou-se aqui, então, que o Exército substituiu, ao longo do século XIX, uma forma de organização militar descentralizada, elitista, estamental e com um oficialato de origem aristocrática por um modelo militar baseado na conscrição universal, acesso democrático e progressão racional-legal, por antiguidade e por mérito, à carreira, regulados por um complexo aparato legal.

Nesse capítulo, então, foi caracterizada também a situação do Exército Brasileiro após o fim da Guerra Fria (1989) em confronto com a necessidade de atuar em novas demandas de emprego, tais como as missões de paz e as ações subsidiárias propugnadas e difundidas pelos países desenvolvidos e por órgãos de Defesa como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pelos Estados Unidos. Neste contexto, este estudo supôs que o soldado brasileiro necessita, atualmente, adotar uma perspectiva multicultural, de abertura para as diferenças culturais, inclusive as de gênero, no sentido de se comunicar adequadamente com os atores institucionais envolvidos nos conflitos ou nas operações em que atua.

Ainda no capítulo 2, são analisadas as diversas formulações de gênero na literatura especializada, desde as abordagens feministas, de defesa dos direitos civis, até a vertente que norteia este trabalho, que considera o gênero como um constructo sociocultural. São também aqui caracterizados os principais estudos sobre a hierarquia e disciplina, a fim de situar melhor a problemática de gênero nas instituições militares. Nesse sentido, analisaram-se as contribuições de Michel Foucault e Norbert Elias, dentre outros, esclarecendo os principais dispositivos da hierarquia e disciplina, os fatores que interferiram na sua constituição como eixo fundamental da atividade militar e que motivaram a sua transformação ao longo

do tempo, além de estabelecer uma reflexão sobre um rito militar por excelência, a formatura, distinguindo seu *modus operandi* e principais significados assumidos no cotidiano da instituição militar.

São analisadas também as relações entre a cultura nacional e as diversas configurações da hierarquia e disciplina estabelecidas na evolução do Exército brasileiro, marcado pelo impasse entre dois modelos de soldado: o “bacharel” e o “tarimbeiro”, e as modulações da disciplina e da hierarquia em conformidade com o tipo de guerra e com a teoria das cinco gerações de guerra.

Prosseguindo no capítulo 2, foram utilizados estudos comparativos sobre as diversas formas da presença da mulher nas instituições militares, enfocando a situação da mulher militar no Exército brasileiro levantando-se um conjunto de variáveis que influíram na inserção das mulheres nas instituições militares, além dos principais tipos de inserção.

No capítulo 3, foram analisados dados de um *survey* sobre a presença feminina no Exército, caracterizando aspectos socioprofissionais de oficiais homens e mulheres militares e as diversas facetas do seu *habitus* de gênero, que incluem atitudes em relação a temas de cunho político, da vida privada e da inserção da mulher na linha bélica. Esse *survey* foi dividido em quatro partes: quantos são e quem são os homens e mulheres militares; percepção política de homens e mulheres militares; moral sexual de homens e mulheres militares; e, inserção das mulheres no Exército Brasileiro.

No capítulo 4, foram analisados dados de entrevistas com oficiais instrutores dos cursos de quadros, armas e serviços da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), enfatizando aspectos diversos de seu *habitus* de gênero, que aprofundam os temas abordados no *survey*.

Foram descritas as suas trajetórias profissionais majoritárias, que se caracterizam por uma vivência regional em corpo de tropa, destacando-se as suas implicações na constituição de um *habitus* de gênero específico em face de uma familiarização limitada e tardia com mulheres militares.

Foram também analisados os tipos de personalidades públicas masculinas e femininas considerados admiráveis, no que se manifesta a defesa do *ethos*

militar da autossuperação e força moral, na seleção recorrente de atletas e políticos com estilos de atuação assertivos, de pulso forte, além de um discurso de silêncios e cesuras em relação às mulheres.

Foi focado o Treinamento Físico Militar (TFM) e as atividades de campanha, em que se evidencia um discurso que opõe o corpo feminino, frágil, medicalizado ao corpo másculo, pujante; foi também identificado um componente de rejeição ao corpo feminino e à sua ocupação no espaço da caserna, a partir da expressão de uma lógica de intensificação do corpo e do represamento do feminino em espaços específicos da instituição militar.

Foi também descrita a convicção de homens militares em universais psicológicos, que se vinculam à defesa dos papéis sexuais tradicionais, e analisadas as atitudes masculinas em relação à apresentação pessoal de homens e mulheres militares, onde predomina a defesa de uma *héxis* corporal masculinizante contraposta à defesa de padrões patriarcais de moda feminina.

Por fim, foram caracterizadas diversas aporias e contradições no discurso dos instrutores, que oscilam entre o discurso “politicamente correto” da sociedade mais ampla e as concepções próprias de gênero, hauridas do modelo militar-viril. Essa alternância de pontos de vista se deveria ao primado de um *ethos* da guerra de todos contra todos, que predomina nas instituições militares a reboque da atividade-fim, que imanta as relações sociais e a vida cotidiana da caserna, dos impulsos incontidos, da vontade de poder e das pulsões de morte.